



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

ESCOLA MIXTA DA FAZENDA IMPERIAL DE SANTA CRUZ: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Adriana Valentim Beaklini*

Nailda Marinho da Costa Bonato (Orientadora)

1

Este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de mestrado em Educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar a criação da *Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz*. A instrução no Brasil Imperial foi tema de diferentes estudos, mas essa instituição escolar nos instiga, pois ainda não foi estudada mais detidamente e tem especificidades próprias.

Carlo Ginzburg (1989) aponta para a questão do paradigma indiciário como um possível caminho para a pesquisa (busca) e análise da possível documentação existente. A partir da análise do ofício de um crítico de arte (Morelli), um personagem de história de suspense (Sherlock Holmes) e de um psicanalista (Freud), o autor aponta a importância das pistas, dos indícios, dos vestígios na construção de uma análise mais profunda da realidade vivida, pois o conhecimento do médico ou do historiador é indireto e mediado pelo paciente ou pelo documento. Assim como na medicina que através dos sintomas é possível elaborar diferentes diagnósticos, mas sem atingir a doença; na história, os documentos permitem que diversas interpretações do passado

* Graduada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
adrianabeaklini@hotmail.com.

possam ser elaboradas, mas o objeto em si é inatingível. Tecemos versões de um evento a luz do nosso presente sobre o passado.

Assim como Sherlock Holmes nas histórias escritas por Arthur Conan Doyle me deparei com uma breve frase durante a leitura dos textos para a elaboração da monografia do Curso de Pós-graduação em História da África e do Negro no Brasil/Universidade Candido Mendes, que informava sobre a criação de uma escola por D. Pedro II no Curato¹ de Santa Cruz para os filhos dos servidores da Casa Imperial.

(...) fundaria, com suas próprias rendas, duas escolas destinadas a produzir homens para o trabalho manual, a primeira em 17 de janeiro de 1882, nas proximidades do Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, visando instruir os filhos de seus servidores, e a segunda, em 4 de setembro de 1885, *expressamente aberta aos filhos dos antigos escravos da Côrte*, na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (FONSECA, 1986, p.155)

A partir desta informação, observei que nos livros sobre a História da Educação poucos ou quase nenhum abordavam ou mesmo citava tal instituição escolar. Luiz Antônio Cunha no livro *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata* cita somente a escola localizada na Quinta da Boa Vista.

Sem serem órfãos, desvalidos, cegos ou surdos, os filhos dos escravos libertos da Coroa receberam, também, sua escola profissional. Em 1882 foi criada, para eles, a Escola Mista da Imperial Quinta da Boa Vista. (CUNHA, 2005, p.118)

A esse vestígio inicial, somado às inquietações acerca da educação e dos libertos no período imperial, começamos a busca nas instituições de guarda de acervo visando amearhar documentação para compreender melhor a proposta do Imperador para a *Escola Mixta na Imperial Fazenda de Santa Cruz*.

São quatro as questões que se colocam neste momento. A primeira refere-se ao próprio contexto de sua criação. Ela foi criada na segunda metade do século XIX (1885) e as expensas² do Imperador D. Pedro II, sendo caracterizada como uma escola particular. Toda a sua despesa era suprida pelo mesmo. Mas não faz parte das chamadas

¹ Definição extraída do Dicionário Michaelis: *cu.ra.to – sm (lat curatu)* 1 Cargo ou dignidade de cura. 2 Habitação de cura. 3 Povoação pastoreada por um cura.

² Jornal do Commercio – 26/08/1885.

escolas do Imperador³ criadas no Rio de Janeiro. Neste que foi um momento conjuntural de mudanças e questionamentos acerca da mão de obra (escrava/livre), da organização da rede escolar, das ideias acerca da ciência, dentre outros. Mas principalmente porque a Monarquia já sentia a República em seus calcanhares tanto que apenas quatro anos depois a mesma foi implantada, ou seja, este período já configurava a decadência do regime monárquico.

A segunda refere-se à localização dessa escola, visto que na época de 1885, ela estava localizada a mais ou menos 60 km do atual Centro do Rio de Janeiro. Considerada distante nos nossos dias, naquele momento então muito mais longe devido aos meios de transporte disponíveis – mesmo já tendo sido inaugurada em 1878 a estação de trem de Santa Cruz.

A terceira refere-se ao “currículo” da escola, ao que era ensinado, visto que conjugava tanto o ensino de história, matemática, geografia, francês e outros, com o ensino de ofícios representado pelas oficinas de carpinteiro, marceneiro, ferreiro, alfaiate, etc.⁴

E a quarta e última questão refere-se ao público alvo. O *Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* define que somente seriam aceitos meninas e meninos de 5 até 14 anos de idade sem moléstias contagiosas.

Se analisarmos o único censo realizado durante o período do imperial - o Censo de 1872 -, poderemos verificar que o contingente de população livre e a escrava considerada em relação às idades de 05 a 15 anos (presentes – população de fato) no Curato de Santa Cruz foi a seguinte:

		05 a 10 anos	11 a 15 anos
HOMENS	Branco	84	24
LIVRES	Pardos	81	56
	Pretos	39	33

³ Após a Guerra do Paraguai, D. Pedro II doou o bronze da estátua equestre que seria erguida em sua homenagem para a construção de escolas. As escolas construídas, que ficaram conhecidas como “Escolas do Imperador”, caracterizando-se pela imponência que resulta da escola e da implantação e pela nobreza em seu acabamento e materiais. (MORAES, 2009)

⁴ Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1885.

MULHERES LIVRES	Branços	41	83
	Pardos	70	59
	Pretos	32	68
HOMENS ESCRAVOS	Pardos	12	9
	Pretos	17	9
MULHERES ESCRAVAS	Pardos	7	4
	Pretos	15	6
TOTAL		398	351

Sendo que o total da população residente nesta área do Curato de Santa Cruz era de 2689 pessoas, ou seja, as crianças entre 05 e 15 anos, somando mulheres e homens, correspondiam a aproximadamente 27% do contingente populacional desta área. Destacando que ao escravo⁵ (homens e mulheres) era vetado o espaço escolar, sendo assim, somente 3% deste grupo não poderiam frequentar uma instituição escolar. O número de pretos e pardos livres eram superiores ao de brancos, seria esse um indicativo da composição dos alunos dessa instituição escolar?

Essas questões nos fizeram voltar o olhar para o lugar, a Fazenda de Santa Cruz. Ao longo da história, ela teve vários títulos que a qualificaram. Já foi jesuítica, real, imperial e com a República, nacional. Essas mudanças de nomes significaram também mudanças em sua gestão e cada uma delas imprimindo marcas específicas.

A área física da Fazenda de Santa Cruz foi sendo amealhada no decorrer dos séculos, através de doações ou compra pela Companhia de Jesus. Até que a composição territorial da fazenda fosse configurada, segundo Gama (1875, p. 207), da seguinte forma:

A fazenda de Santa Cruz tinha por limites: a freguesia da Sacra Família do Tingua em Vassouras; a linha do Curral Falso contígua à freguesia de Guaratiba até o mar; os terrenos de Marapicú, à leste, e com as terras de Mangaratiba, no ponto Itingussú, a oeste.

⁵ Deve-se destacar que com a Lei do Ventre Livre, os escravos da Casa Imperial foram libertados, pois o artigo 6 da lei o determinava. Mas em Santa Cruz, as terras também eram arrendadas e esses possuíam escravos. Talvez este motivo justifique o número pequeno de escravos na Fazenda em 1872. (Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/>. Acesso em 03 de julho de 2012).

Hoje, essas mesmas terras compreendem o bairro de Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro, e partes dos municípios de Barra do Pirai, Itaguaí, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda.

A grande extensão de terras da fazenda permitia que ela tivesse acesso ao mar, praia, mata, planícies, serra, montanha, etc, sendo assim os jesuítas desenvolveram neste espaço a policultura que era a característica das grandes fazendas da Ordem. A fazenda era uma “empresa” de sucesso, com criação de animais, plantações, pesqueiros, oficinas e indústrias⁶. Havia plantação de arroz, feijão, mandioca, algodão e cana, mas essa não era a sua principal fonte de renda. Em seus campos desenvolvia-se a pecuária extensiva, inclusive com aluguel ou arrendamento de pastos. Os particulares que utilizavam essas pastagens vinham de outras províncias, e precisavam recompor os animais do desgaste da viagem para chegar ao mercado do Rio de Janeiro em bom estado para venda. O gado que era criado pela Ordem estava distribuído em 22 currais espalhados pela propriedade. Portanto era na criação que residia a principal fonte de lucros.

Em seus domínios havia até uma aldeia de índios Carijós, administrada e catequizada pelos padres. Sem esquecer as obras de engenharia hidráulica que permitiram a transformação de campos pantanosos em férteis campos.

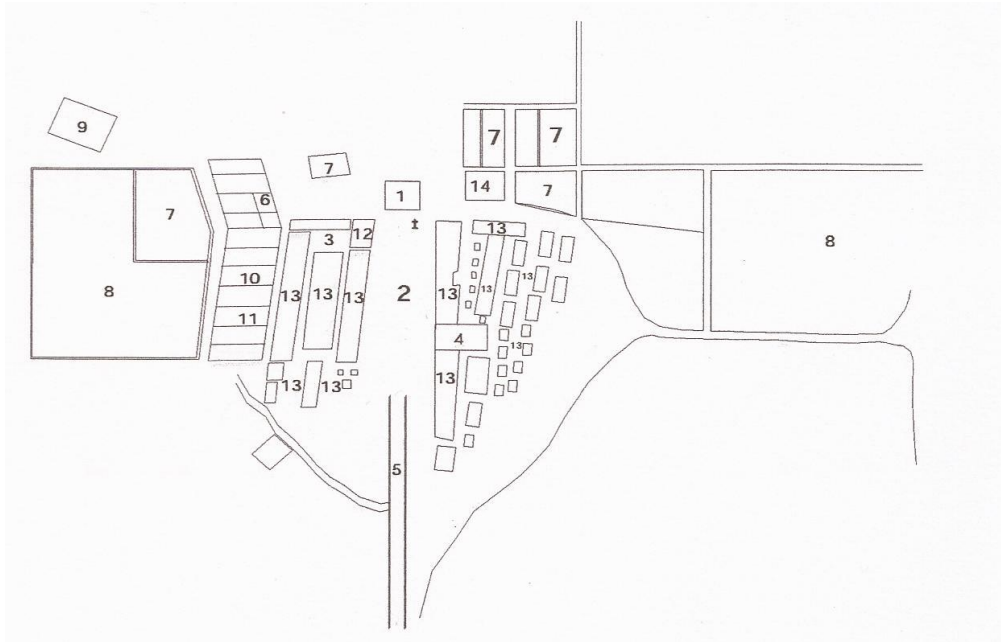
O plantel de escravos da Fazenda era significativo. Acredita-se que a aquisição de negros para o trabalho na Fazenda ocorreu ao longo dos anos com o aumento do número através do tráfico, doação ou mesmo como ressarcimento de dívidas. A verdade é que a Fazenda reunia em suas terras um grande número de cativos e a formação de famílias escravas era incentivada pelos padres na organização da escravaria.

Os escravos, além de trabalharem para os padres, trabalhavam em suas próprias lavouras e criações. Os domingos eram destinados ao descanso e as missas. Isso não quer dizer que não havia os castigos físicos. Eles estavam fixados de acordo com normas estabelecidas.

Mapa do povoado da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1848.⁷

⁶ Casa de farinha, olaria, forno de cal, serralheria, carpintaria, fiação, ouriversaria, etc. E mais tarde, durante o período imperial, a criação de um matadouro.

⁷ Fonte: ENGEMANN, Carlos. *Os servos de santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2002. 144f.



1. Paço Imperial (construído no lugar da antiga igreja) e cruzeiro.
2. Terreiro central.
3. Largo do Teatro.
4. Igreja Nova.
5. Estrada para a Corte.
6. Cadeia.
7. Hortas.
8. Plantações de capim.
9. Hospital.
10. Botica.
11. Hospedaria.
12. Conjunto com armazém, telégrafo e escrivão.
13. Habitações dos escravos.
14. Casa do vigário.

É interessante notar que com os jesuítas já existiam as oficinas e as escolas de rudimentos e ainda foi fundado uma escola de música, uma orquestra e um coral, integrado por negros, que tocavam e cantavam nas missas e nas festividades, quer na fazenda, que na capital.

Mas os destinos dos jesuítas e da Fazenda sofreram alterações quando entrou em curso a Reforma Pombalina. Marques de Pombal, então ministro em Portugal, empreendeu reformas em várias áreas visando transformar Portugal em uma metrópole capitalista, procurando seguir o exemplo da Inglaterra e claro procurando adaptar o Brasil (maior colônia de Portugal) a esta nova ordem almejada. Dentre as várias medidas tomadas uma delas foi, em 1759, à extinção da Companhia de Jesus e a expulsão dos jesuítas devido a sua grande influência e poder. Sem dúvida essa era a maior ordem religiosa em ação no Império luso.

Assim a Fazenda de Santa Cruz foi uma das propriedades que foram incorporadas aos bens da Coroa, sendo então subordinada aos Vice-reis na Colônia. Durante cinquenta anos – período da expulsão dos jesuítas até a chegada da família real ao Brasil - algumas dificuldades foram encontradas na administração passando por um

processo de decadência e estagnação, não alcançando mais a organização e a rentabilidade do tempo dos jesuítas.

A chegada da família real para o Brasil, em 1808, faz da Fazenda o local de veraneio e o antigo convento erguido pelos jesuítas foi adaptado às funções de paço real – Palácio Real de Santa Cruz. Este local passou a ser a residência de verão da família real e, depois, imperial. A Real Fazenda de Santa Cruz foi muito apreciada por D. João que prolongava sua estada por vários meses, despachando, promovendo audiências públicas e recepções a partir da mesma. Nela cresceram e foram educados os príncipes D. Pedro e D. Miguel.

Neste período, afirma Araújo (2010), que o soberano português trouxe da China aproximadamente quinhentos homens destinados às plantações experimentais para o cultivo do chá⁸, que durante quase um século foi uma atividade produtiva que atraiu técnicos e visitantes. Estes quinhentos homens foram divididos entre as plantações do Jardim Botânico e da Fazenda de Santa Cruz.

Após o retorno de D. João VI a Portugal, D. Pedro I continuou a ser presença constante em Santa Cruz, inclusive passando a sua lua de mel com a Imperatriz Leopoldina neste local.

A Independência do Brasil em relação a Portugal, em 1822, elevou o Brasil ao status de império e D. Pedro I, a Imperador. Assim o Palácio e Fazenda Real são transformados em Palácio e Fazenda Imperial. Uma curiosidade é que após o evento da Independência do Brasil, a mesma foi comemorada na Fazenda antes mesmo de chegar a centro político da Corte, pois esta era o caminho em a região de São Paulo e a Corte.

Mesmo após a abdicação do trono por D. Pedro I e retorno para Portugal, os seus filhos continuaram a frequentar a Fazenda Imperial de Santa Cruz. D. Pedro II e as princesas promoveram alguns bailes e saraus no Palácio Imperial. A presença do imperador começou a rarear com a construção não só de um novo palácio de veraneio,

⁸ A variedade chinesa de chá era muito apreciada no século XIX. Hoje o local onde se cultivava o chá é conhecido como Morro do Chá.

mas de toda uma cidade, que foi Petrópolis. Soma-se também o triste evento⁹ que ocasionou a morte do filho do Imperador nesta propriedade.

No ano de 1833, o curato Fazenda de Santa Cruz por decreto foi desligado do termo de Vila de Itaguaí e passou a ser do termo da cidade do Rio de Janeiro atendendo aos anseios da população local. Por sua posição político-econômica e estratégica, visto que tinha acesso tanto ao mar como aos caminhos dos “sertões” de Minas, foi uma das primeiras localidades do país a ter implantado um sistema de entrega em domicílio de cartas pelo correio¹⁰. Foi também em Santa Cruz que o imperador D. Pedro II instalou a primeira linha telefônica da América do Sul, entre o Paço de São Cristóvão e a Fazenda.

Durante o período imperial, a fazenda era administrada por um superintendente que se reportava ao mordomo da Casa Imperial, mas não conseguia desenvolver todas as suas potencialidades econômicas, como na época dos jesuítas. Schwarcz afirma que o único setor que não parava de crescer era o da escravaria, que tinha o total de 2128 em 1849 e em 1855 chegou a ter 2235 escravos.

A relação de trabalho com a escravaria também mudou em comparação com o tempo dos jesuítas. Persistiam aspectos da administração jesuítica, mas com elementos novos. Schwarcz aponta que “... *os cativos eram agora “vestidos e alimentados à sua custa para o que tem os sábados, domingos e dias santos de guarda dispensados.”* (SCHWARCZ, 1998, p.227). E as crianças, que antes eram sustentadas pelos padres, passam a ser responsabilidade das suas famílias escravas. Temos ainda em 1860, queixas de fome entre os escravos, pois tinham lhes retirado o sábado e o domingo em troca de ração para que trabalhassem para a fazenda. E se por acaso entre os membros da família tivesse um fujão nem a ração este núcleo familiar receberia.

A multidão de escravos – carpinteiros, ferreiros, curtidores, oleiros, sapateiros, enfermeiros, parteiras, dentre outros – estavam divididos em esquadas de trabalho, que

⁹ Em 1850, Dom Afonso, primeiro filho do Imperador, tinha dois anos e a Família Imperial estava desde o Natal em Santa Cruz, quando, sem motivo aparente, o menino apareceu morto no seu berço. (Disponível no site: www.petropolis.rj.gov.br. Acesso em 21 de Junho de 2012)

¹⁰ Em 1842, foi inaugurada a primeira agência fixa dos Correios do Brasil. (Disponível no site: www.dec.eb.mil.br/historico/brasilImperio/escola_eng.html. Acesso em 04 de Julho de 2012)

era o sistema e denominação utilizada nos tempos dos jesuítas, e com essa organização eram elaborados todos os produtos da fazenda.

A fazenda ainda possuía terras arrendadas para terceiros que eram as feitorias. Ao todo existiam três feitorias – Peri-Peri, Bom Jardim e Serra ou Santarém, que geravam uma boa renda, além de foros¹¹ e laudêmios^{12 13}. Segundo Schwarcz, em 1875, mais de setecentos foreiros e arrendatários espalhavam-se por ali.

Apesar da forma de administrar ter recebido críticas, pois nunca alcançou a rentabilidade do período jesuítico, a sua renda era superior ao seu custeio, ou seja, a fazenda era lucrativa. Os próprios escravos rendiam bem, pois não somente atuavam como mão de obra na lida na Fazenda, mas também eram mercadorias que rendiam bem. Os escravos de ganho eram alugados e os preços variavam de acordo com a sua especialidade, visto que alguns possuíam o domínio de um ofício.

Em 1878, foi inaugurada a estação de trem e finalmente em 1881, D. Pedro II inaugurou o Matadouro de Santa Cruz, que devido ao ramal da estrada de ferro abastecia de carne toda a cidade do Rio de Janeiro.

Podemos perceber, então, a importância desta região durante o todo período colonial e imperial, somente com a República que Santa Cruz perde muito de seu prestígio. E é neste local que D. Pedro II cria uma escola particular, intitulada *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz*.

A Escola da Fazenda Imperial de Santa Cruz ou Grande Colégio ou Escola Mixta possuía elementos que considero inovador no campo educacional no país, pois procurava conjugava princípios científicos e higienistas¹⁴ para a organização espacial do

¹¹ Fonte: Dicionário Michaelis: foro - fo.ro - (ô) sm (lat foru) 1 Quantia ou pensão que o enfiteuta de uma propriedade paga anualmente ao senhorio direto. 2 Domínio útil de uma propriedade. 3 Encargo habitual.

¹² Fonte: Dicionário Michaelis: Laudêmio - lau.dê.mio - sm (lat med laudemiu) Dir ant Compensação que o enfiteuta alienante pagava ao senhorio direto da coisa aforada, pela sua renúncia ao direito de opção na transferência do domínio útil.

¹³ Fonte: Dicionário Michaelis: **enfiteuta** - en.fi.teu.ta - s m+f (gr emphyteutés) Pessoa que recebe ou tem o domínio útil de um prédio, por contrato de enfiteuse.

¹⁴ O movimento higienista provem de doutrina que nasce com o [liberalismo](#), na primeira metade do [século XIX](#) quando os governantes começam a dar maior atenção à [saúde](#) dos habitantes das [cidades](#). Entendia-se as doenças como um fenômeno social que abarcava todos os aspectos da vida humana. A necessidade de manter determinadas condições de salubridade no ambiente da cidade mediante a

prédio e método de ensino voltado especialmente para o ambiente escolar e profissionalizante.

Fachada da escola-officina no Curato de Santa Cruz ¹⁵



Ela foi construída e mantida por ordem e a expensas do Imperador, pelo engenheiro Paula Freitas¹⁶, para a instrução dos dois sexos. Era composta de três corpos dispostos em forma de duplo T, sendo o da frente ocupado pela classe, biblioteca e museu, o dos fundos pelas oficinas e o transversal por um galpão destinado à ginástica, tendo ainda jardins para recreio e a instrução da infância, e um terreno para exercícios corporais.

A preocupação científica estava presente na elaboração e otimização de um espaço próprio para a aprendizagem. Foram consideradas as boas condições de luz, ar e acústica, a comodidade higiênica dos alunos, e os exercícios físicos distribuídos de forma a alternarem com os trabalhos “de inteligência”. O cuidado para atender a este objetivo está presente na organização do plano e sua execução por meio da escolha do local, estudo de solo, orientação da classe e oficinas, disposição do edifício e a construção da mobília.

instalação de [adução](#) e tratamento da água, [esgotos](#), iluminação nas ruas, para assim poder controlar as [epidemias](#).

¹⁵ Fonte: ALMEIDA, Pires de. Oficina na Escola. Rio de Janeiro: Imp a vapor Lombaerts & Cia, 1886.

¹⁶ Antônio de Paula Freitas (1843-1906), engenheiro e professor brasileiro, nasceu no Rio de Janeiro. Foi professor da Escola Politécnica e responsável pela obra da Agência Central dos Correios. Atuou nas obras de construção da Igreja da Candelária. Projetou e construiu (1874/7) o prédio da Imprensa Nacional, no Centro, que foi destruído por um incêndio e posteriormente demolido para abrir caminho para o atual Largo da Carioca. Também projetou e construiu, na Urca, o Pavilhão da Agricultura para a Feira Internacional de 1908, belíssimo prédio ainda existente inicialmente destinado à Faculdade Nacional de Medicina e que hoje sedia o Departamento Nacional de Produção Mineral.

O local preenche as condições as mais favoráveis, porquanto, além de ocupar um dos lados de uma das melhores praças de Santa Cruz, e achar-se suficientemente elevado em relação aos terrenos circunvizinhos, está situado em uma posição central facilmente acessível aos indivíduos que são chamados a frequentar a escola. (JORNAL DO COMMERCIO, 26/08/1885)

A luz chega aos alunos pelo lado esquerdo das mesas que ocupão, satisfazendo assim uma das principais recomendações dos higienistas; para esse fim a sala é disposta de forma que só num dos seus lados existem janelas, e no outro uma extensa parede destinada à exposição dos quadros de história natural. (JORNAL DO COMMERCIO, 26/08/1885)

A área ocupada pelo terreno mede 52 metros de frente e 42 de fundos, ou 2.184 metros², dos quais o corpo da escola propriamente dita ocupa 479 metros², o das oficinas 333 metros², o galpão de ginástica 130 metros² e os jardins a área restante. Além disso, o edifício encontra-se isolado das casas vizinhas e por isso considerado apropriado ao regime escolar.

A classe deveria conter 80 alunos e a descrição do local, reproduzida abaixo, demonstra bem a preocupação com a ventilação, iluminação, espaço ocupado por cada pessoa.

A classe é destinada a conter 80 alunos; ocupa sua área de 134 metros quadrados: portanto, abstraindo da área ocupada pelas mesas do professor e do decurião, taboa preta, lugares de honra, que é de 25 metros quadrados, o resto dividido por 80 alunos deixa para cada um a área de 1,30 metros quadrados, superior ao que ordinariamente se costuma fixar, e que regula 1 metro quadrado a 1m 20 mais ou menos. Sendo a capacidade da sala de 737 metros cúbicos, pois que sua altura é de 5m50, toma a cada pessoa, incluindo os professores e decurião, uma quantidade de ar quasi igual a 9 metros cúbicos, quantidade suficiente, à vista do que a experiência aconselha e que regula 6 metros cúbicos por pessoa.

Apesar, porém, das condições convenientes da sala para conter 83 pessoas, forão empregados os meios eficazes de promover uma ventilação continua, quer por um grande numero de janelas, quer pela correspondencia bem combinada destas com os florões abertos no teto e nos extremos do telhado, estabelecendo uma perfeita tiragem do ar pelo teto da sala.” (JORNAL DO COMMERCIO, 26/08/1885)

Ao informar medidas tão precisas do ambiente escolar demonstra-se a preocupação com a salubridade do lugar onde se estuda. Até mesmo as privadas foram alvo de descrição. Elas foram distribuídas em dois cômodos diferentes e separados,

sendo um para as meninas, localizado ao lado da classe e sob vigilância dos professores, e outro para os meninos, localizado ao lado da galeria central, a fim de servir aos alunos que frequentavam a classe, a ginástica e as oficinas. Demonstrando bem a preocupação dos higienistas com as condições de sanitárias mínimas para promoção da saúde. Dentro desta preocupação estavam os exercícios físicos e, portanto a necessidade de um espaço para a ginástica.

Em seguimento ao corpo da escola propriamente dita acha-se o ginásio coberto. É um galpão com 16 metros de comprimento sobre 8,50 de largura, construído sobre colunas de ferro fundido, aberto dos dois lados e em comunicação com as oficinas. Neles achão-se armados um portico munido de colunas varas moveis, cordas de nós, trapézios, argolas e escadas de cavilhas; as paralelas para exercícios braçais; o salto e o respectivo trampolim, e outros jogos ginásticos apropriados á infância. Há além disso terrenos reservados para exercícios de carreiras, ginástica descoberta, e os jardins.

As oficinas estendem-se em um longo edifício com 36 metros de comprimento e 8 de largura, e dividido em uma secção central com uma sala, quartos e dois salões para os trabalhos, estando já montada a oficina de torneiro. Para garantia de todo o edifício, um sistema de para-raios o envolve segundo os preceitos da arte.” (JORNAL DO COMMERCIO, 26/08/1885)

O *Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* define as diretrizes básicas em relação às disciplinas, funcionários, público-alvo, funcionamento, etc. Este documento determinava que o ensino da escola contasse com as disciplinas: instrução religiosa, leitura, escrita, gramática portuguesa, francês, elementos de aritmética, sistema métrico, geografia e história do Brasil, desenho linear e figurado, noções de história natural, noções de coisas¹⁷, musica, ginástica e costura. E ainda existiam os ofícios de carpinteiro, marceneiro, torneiro, ferreiro, serralheiro, alfaiate, sapateiro, oleiro, relojoeiro e funileiro.

As matriculas seriam realizadas nos dias 07 de janeiro e 01 de julho de cada ano, e se encerraria no final dos referidos meses. Só seriam aceitos alunos de 05 até 14 anos de idade, não portadores de doenças contagiosas.

¹⁷ O método intuitivo ou noções das coisas era um método de ensino nasceu na Alemanha no final do século XVIII pela iniciativa de Basedow, Campe e Pestalozzi e consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento. A compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação.

Os exames eram compostos de prova escrita, oral e prática e realizados pelo superintendente, existindo mecanismos de premiação dos melhores alunos.

As aulas ocorriam durante os meses de janeiro e novembro no período de 08h da manhã até às 15h da tarde, com intervalo de ½ hora para o recreio e descanso dos alunos. Porém, como nos nossos dias, havia feriados. Além dos domingos e dias santos tínhamos os feriados de festa nacional marcados por lei; os de luto nacional declarados pelo governo; os da semana santa até a 1ª oitava da Páscoa; e os do entrudo (um embrião do carnaval dos dias atuais), desde segunda-feira até a quarta-feira de cinzas.

O corpo de funcionários da escola era composto por um professor diretor e uma professora, e tinha como pré-requisito que fossem casados um com o outro. Eles tinham a incumbência de ensinar todas as disciplinas com exceção do ensino de francês, ginástica e desenho figurado que seriam outros professores especializados. Somado a estes um professor de música, sendo que esse ensino seria ministrado as alunas pela professora; um mestre para cada oficina; um porteiro e um servente.

O professor diretor e a professora eram nomeados por decreto e tinham como atribuições gerenciar e administrar a escola, além é claro de ministrar disciplinas.

Havia ainda um curso noturno que funcionaria das 19 às 21 horas, regido pelo professor diretor e nele o ensino se limitaria a escrita, leitura, aritmética, quatro operações sobre números inteiros frações ordinárias e decimais, noções essenciais de gramática, sistema métrico e instrução religiosa, principais orações.

Os uniformes deverão ser feitos na oficina da escola e os alunos de ambos os sexos deveriam utilizar o mesmo. Eles eram de brim pardo para os meninos e gorra com as iniciais a retroz preto E.M.I. (Escola Mixta Imperial), de musselina branca, para as meninas, tendo no braço esquerdo um laço de fita escarlate com as mesmas iniciais.

A disciplina era muito importante e as penas variavam de repreensão, privação de recreio, assistência em pé aos exercícios, retenção na escola até meia hora depois de terminados os trabalhos, expulsão temporária e finalmente a expulsão definitiva. Mas os castigos físicos não eram tolerados.

Concluimos, portanto que a busca de pistas e indícios sobre esta instituição escolar, um grande caminho já foi percorrido, mas a pesquisa ainda está em andamento

e muitas questões ainda estão postas para serem analisadas de forma mais consistente. Mas uma primeira reflexão indica-nos que a Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz está inserida neste processo de mudanças na sociedade brasileira. A preocupação com profissionalização da mão de obra poderia ser um caminho para o tão almejado “progresso” e a construção de uma “nação civilizada”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989. (Série Memórias da Educação Brasileira)

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Officina na escola*. Rio de Janeiro: Imp. A vapor Lombaerts & Cia, 1886.

ARAUJO, Marcelo Silva. Chineses no Rio de Janeiro: notas sobre nação território e identidade através da prática comercial e religiosa. In: *Cadernos do CEOM*. Chapeco: Santa Catarina, Ano 23, nº. 32 – Etnicidades, 2010. p. 221-240.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Perfis Brasileiros)

CUNHA, Luiz Antônio Cunha. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

ENGEMANN, Carlos. *Os servos de santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2002. 144f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Senai, 1986. 5 volumes.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1985. 3v.

GAMA, José de Saldanha da. História da Imperial Fazenda de Santa Cruz. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 38. Parte II. 1875.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp 143-180.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

GONDRA, José Gonçalves. *Arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1936. 3v. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª, Brasiliana, vol. 66)

MORAES, Madison Oliveira de. *Escola do Imperador (1870-1886)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. (Monografia)

SAMARA, Eni de Mesquita. A Família negra no Brasil. In: *Revista História*. São Paulo, nº 120, p. 27-44, jan/jul. 1989.

SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XIX*. 2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea)

VI Simpósio Nacional de História Cultural
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina-PI
ISBN: 978-85-98711-10-2

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 37, São Paulo, Sept. 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Pesquisa no *Jornal do Commercio* nos anos de 1871 e 1885.

Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz.